

CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DE UM DICIONÁRIO ESCOLAR BILÍNGUE DO KAINGANG PAULISTA

Mariana Gonzaga Marques de FREITAS

Orientador: Prof. Dr. Wilmar da Rocha d'Angelis

RESUMO: Os Kaingang paulistas pertencem à etnia Kaingang, a terceira etnia indígena mais populosa do Brasil, com a terceira língua indígena mais falada nesse território (IBGE, Censo Demográfico 2010). Apesar disso, o dialeto historicamente falado por essa população está em situação de obsolescência – há, atualmente, somente cinco falantes, quatro deles senhoras já em idade avançada. Preocupados com essa realidade de perda linguística e cultural, professores indígenas Kaingang das aldeias de Icatu (município de Braúna) e Vanuíre (município de Arco-Íris) requisitaram auxílio na elaboração de um dicionário escolar, pensado como uma ferramenta através da qual o dialeto paulista da língua pudesse ser ensinado às crianças. O presente artigo trata do processo de elaboração desse dicionário, bem como de metodologias de pesquisa colaborativa e participativa observadas ao longo desse processo.

Palavras-chave: Línguas indígenas; Kaingang paulista; dicionário escolar bilíngue; pesquisa colaborativa; pesquisa participativa.

INTRODUÇÃO

No ano de 2013, professores indígenas kaingang das aldeias de Icatu e Vanuíre requisitaram auxílio na elaboração de um dicionário de seu dialeto dessa língua que pudesse ser usado nas escolas das aldeias como ferramenta de transmissão da língua e da cultura kaingang. A partir de então, deu-se início a um projeto de revitalização linguística, incluindo a elaboração de um Dicionário Escolar Bilíngue do Kaingang Paulista, conduzido pelo grupo de pesquisas InDIOMAS: Conhecimento de línguas indígenas e de línguas de sinais na relação Universidade & Sociedade, vinculado ao Instituto de Estudos da Linguagem (IEL/UNICAMP) e coordenado pelo linguista Wilmar da Rocha D'Angelis. O projeto conta, ainda, com o apoio da ONG Kamuri: Indigenismo, Ação Ambiental, Cultura e Educação, bem como da Coordenação Regional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) situada em Itanhaém, em especial na pessoa da indigenista e antropóloga Dra. Juracilda Veiga.

Vinculei-me ao projeto em agosto de 2016 e, no período em que venho participando dele, as etapas de gabinete foram realizadas pelo coordenador, Prof. Dr. Wilmar D'Angelis, pela Dra. em Linguística Solange A. Gonçalves e por mim, à época graduanda em

Linguística. Contamos também com o apoio de Juracilda Veiga e do professor indígena kaingang Selvino Kókáj Amaral, da Terra Indígena Guarita (RS).

As etapas de campo foram realizadas por esse mesmo grupo, em conjunto com professores indígenas de ambas as áreas, além dos falantes nativos de Kaingang: D. Ana Maria Anato Barbosa, D. Ena Luisa de Campos, D. Maria Rita Campos, D. Josefa Gavile, Sr. José Carlos Barbosa de Campos; Sr. Augusto Indubrasil, D. Hilda Umbelino, além de Sr. Domingos "Biriba" Vaiti (falecido em julho de 2016) e D. Lídia Campos Iaiati (falecida em julho de 2017). Contamos, em uma ocasião, com o estudante indígena de Letras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) Josias Vitorino, da Terra Indígena Iraí (RS).

Abordarei, nas próximas seções, a etnia kaingang, parte da história e atual situação linguística dos kaingang paulistas; as atividades e etapas de elaboração do dicionário de que participei; e, por fim, metodologias de pesquisa colaborativa e participativa utilizadas ao longo desse processo.

KANHGÁG, KAINGÂK¹

Os kaingang são a terceira maior população indígena do Brasil (IBGE, Censo Demográfico 2010), distribuindo-se atualmente em áreas indígenas nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Também a língua Kaingang foi elencada como a terceira língua indígena mais falada em território brasileiro – há cerca de 20 mil falantes, segundo o censo demográfico de 2010 do IBGE. Essa língua pertence à família linguística Jê, do tronco Macro-Jê, havendo vários dialetos - cf. Wiesemann (1978) e D'Angelis (2008), que dá indícios para um outro recorte dialetal.

Em São Paulo, essa população se concentra em duas Terras Indígenas: as aldeias de Icatu (em Braúna), onde vivem também indígenas terena, e Vanuíre (em Arco-Íris), juntamente com indígenas krenak. Juntas, essas duas áreas somam uma população de 349 pessoas (IBGE, Censo Demográfico 2010), indígenas dessas três etnias. Os kaingang de São Paulo têm um dialeto próprio, que já era reconhecido como tal à época da publicação de Val Floriana (1920), que cita ao longo de sua obra o Dicionário Frei Daniel, dos kaingang de São Paulo, hoje de paradeiro desconhecido.

Os grupos² de kaingang paulistas estão entre os últimos de sua etnia a sofrer o contato com não-indígenas (RIBEIRO, 1996, p. 258 e 265 – quadros 1 e 2; VEIGA, 2006, p. 52-56). Nos primeiros anos do século XX, suas terras vinham sendo disputadas

1. A palavra "Kaingang", nas grafias do Sul e de São Paulo, respectivamente.

2. Horta Barbosa ([1913] 1947) elenca o nome de pelo menos cinco rekakê, autoridade máxima de um grupo, de uma aldeia, segundo ele (p. 52).

por cafeicultores, criadores de gado e por uma empresa ferroviária. (RIBEIRO, 1996). A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil foi construída em território historicamente ocupado por indígenas kaingang que, não aceitando a invasão, atacavam os trabalhadores e, apesar dos ataques de bugreiros, atrapalharam a construção da ferrovia ao ponto de ela quase ser suspensa. Por conta de incidentes como esse eram considerados “selvagens”, especialmente ferozes e incapazes de assimilar a civilização não-indígena, diferentemente de outros povos, com quem os não-indígenas mantinham, do ponto de vista da sociedade brasileira da época, contato amistoso. (HORTA BARBOSA, 1947).

Predominavam, então, duas correntes de pensamento acerca dos indígenas no Brasil. Alguns, como Hermann von Ihering, diretor do Museu Paulista, defendiam que os indígenas “selvagens” fossem exterminados em nome do que seria, desse ponto de vista, o desenvolvimento do país, tomando o uso da força como inevitável. Outra corrente, vinculada ao pensamento positivista, defendia que essas populações estavam em um estágio de desenvolvimento do espírito humano anterior (o chamado “fetichismo”) ao do restante da sociedade nacional, o que não os impedia de “progredir industrialmente”, bastando, para isso, “proporcionar-lhes os meios de adotarem as artes e as indústrias da sociedade ocidental” através de uma “ação puramente social, destinada a ampará-los em suas necessidades, defendê-los do extermínio e resguardá-los contra a opressão”, ação essa desvinculada da Igreja. (RIBEIRO, 1996, p. 154-155).

Em 1910, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPIILTN), que a partir de 1918 passou a se chamar SPI, somente. Era dirigido pelo então Coronel Cândido Rondon, grande defensor do positivismo. Entre 1910 e 1912, ocorreu o processo denominado “pacificação” dos kaingang paulistas pelo SPI, com auxílio da índia Vanuíre e de outros indígenas kaingang como intérpretes, e a partir do qual os kaingang de São Paulo passaram a ter contato mais frequente com não-indígenas. Esse episódio foi narrado por Luiz Bueno Horta Barbosa em uma conferência proferida em 1913 (publicada em 1947), onde ele também descreve costumes e parte da cultura desses indígenas³. Após o contato, a população kaingang nessa região rápida e drasticamente diminuiu⁴ – de aproximadamente 1200 indígenas, em 1912, para menos de duzentas pessoas, em 1916 – devido a surtos de gripe e sarampo, principalmente (RIBEIRO, 1996, p. 310). Além disso, as terras que ocupavam eram bastante visadas e, “antes mesmo do primeiro contato pacífico com as turmas do SPI[...] já haviam sido registradas como propriedade de um senador, Luís Piza, que, logo após a pacificação, começou a dispor

3. Outra obra importante é a etnologia escrita pelo russo H. H. Maniser em 1915. Ele passou dois meses no recém-formado acampamento do SPI para os índios kaingang de São Paulo e retratou, por meio de palavras e de desenhos, hábitos, costumes e características dessa população (ver Manizer 2006).

4. Antes do contato, aldeias inteiras de indígenas kaingang foram exterminadas em disputas por terras (RIBEIRO, 1996).

dela como lhe pareceu mais lucrativo”. (ibidem, p. 302). Assim, seu território, antes de centenas de quilômetros quadrados, reduziu-se a menos de mil alqueires (negociados pelo SPI com o senador Piza), o que afetou profundamente os hábitos alimentares, a organização social e o cotidiano dos kaingang paulistas. (ibidem).

Hoje em dia, os indígenas kaingang de São Paulo convivem com outras etnias no mesmo território, havendo muita miscigenação. Os falantes nativos das línguas das três etnias são, em geral, as pessoas mais velhas da comunidade. A grande maioria das crianças só tem contato com as línguas indígenas na escola e os professores não são falantes nativos. No caso do Kaingang, dos cinco falantes, quatro são senhoras com mais de 70 anos de idade. Por conta da ausência de transmissão intergeracional e do uso cada vez mais restrito da língua mesmo pelos falantes nativos – que, em virtude da idade, de questões de saúde e da distância entre as aldeias, não se encontram muito – o dialeto Kaingang paulista é considerado obsolecente, em vias de desaparecimento. Já o é há um tempo – Marita Cavalcante encontrou poucos falantes e, provavelmente, poucos contextos de uso da língua em Vanuíre entre 1978 e 1981⁵ – e essa história de perda linguística pode ser lida também na própria língua, em que é possível notar simplificações e perdas estruturais, além de características dialetais próprias de mais de um dialeto.

DICIONÁRIO ESCOLAR BILÍNGUE DO KAINGANG PAULISTA

A elaboração do dicionário passou por processos realizados em campo, nas aldeias, e também por diversos momentos de trabalho de gabinete. Trago, mais abaixo, um quadro com as datas e trabalhos realizados.

Etapas realizadas nas aldeias

Em um primeiro momento, as atividades relativas à elaboração do dicionário realizadas em conjunto com os indígenas se davam todas nas Oficinas de Revitalização Linguística e Construção do Dicionário Escolar do Kaingang Paulista. Frequentadas principalmente por professores indígenas e falantes de Kaingang de ambas as aldeias, mas também por outros kaingang, eventualmente, essas oficinas foram pensadas como momentos de revitalização da língua, em que se põe em contato os falantes com os aprendizes, a língua com os não-falantes. Nesse primeiro momento, o objetivo era auxiliar os professores indígenas a “familiarizar-se com a nova ortografia, e entender

5. Cf. sua tese de doutorado, intitulada *Fonologia e morfologia da língua Kaingang: o dialeto de São Paulo comparado com o do Paraná*.

minimamente a estrutura do sintagma nominal na língua Kaingang, ao menos a sintaxe da oração simples e o paradigma pronominal” (D’Angelis, a sair).

Na primeira oficina, em 2013, foi revista e atualizada a Convenção Ortográfica do Kaingang Paulista, que tinha sido elaborada em 2000 pelos professores indígenas de Icatu e Vanuíre, sob coordenação do linguista e indigenista Prof. Dr. Wilmar D’Angelis. O fato de se tratar de um dialeto diferente dos dialetos Kaingang do Sul, somado à situação linguística da comunidade kaingang de São Paulo – professores e alunos têm o português como primeira língua e não chegam a falar Kaingang fluentemente, o que causa dificuldades com a ortografia usada no Sul, baseada na fonêmica da língua e, portanto, intuitiva (na maior parte dos casos) para falantes nativos de Kaingang – justifica a elaboração de uma ortografia própria⁶, ao menos para uma primeira aproximação da língua.

Foi possível observar, durante as oficinas de que participei, atividades voltadas para a compreensão do sistema linguístico do Kaingang e para familiarização com a ortografia, bem como atividades de levantamento lexical, em que muitas vezes e de muitas formas os professores foram incentivados a fazer, eles mesmos, ao menos parte da pesquisa linguística com os falantes – trabalhando individualmente ou em grupo; através de conjuntos de frases, buscando dados para analisar estruturas da língua; perguntando por itens lexicais, tanto isolados, como pertencentes a um campo semântico específico (verbos para “colher”, por exemplo). O conjunto de atividades propostas nas oficinas compõe um todo muito completo e bem articulado, de forma que em uma única oficina os participantes são atualizados quanto ao desenvolvimento do dicionário, realizam atividades didáticas sobre a língua e sobre a ortografia, e também fazem levantamento lexical.

Em 2017, quando oito oficinas já haviam sido realizadas – de modo que os professores indígenas já tinham certo vocabulário e alguma noção do funcionamento semântico e sintático da língua – e frente à idade avançada das falantes, nos utilizamos de outro formato de trabalho para a coleta de dados, de forma a acelerá-la. Fizemos, em duas etapas, uma em fevereiro e outra em julho daquele ano, entrevistas com todos os falantes. Essas entrevistas foram realizadas, em sua maioria, nas casas dos falantes⁷, o que implicou em deslocamento entre as aldeias, já que parte deles reside em Icatu, parte em Vanuíre e uma delas na T. I. Araribá. Além disso, as viagens foram planejadas de forma a esgotar o menos possível as falantes, de modo que não passamos mais que três dias em uma mesma aldeia.

6. As regras acordadas para a ortografia do kaingang paulista encontram-se na Convenção Ortográfica aingang Paulista, disponível em: http://portalkaingang.org/index_downloads.htm.

7. A exceção é D. Gavile, que, apesar de residir na T. I. Araribá, (e de lá ter conversado conosco individualmente) nos acompanhou a Icatu e a Vanuíre, participando de muitas entrevistas com os outros falantes.

As entrevistas eram sempre gravadas, em áudio e também vídeo, sempre que possível. Além disso, anotações gerais e transcrições fonéticas compunham nossos cadernos de campo. Ao longo dessas etapas de coleta de dados, empregamos vários recursos, tais como: apresentações de slides com imagens de árvores da região; imagens de aves da região associadas a cantos dessas aves executados a partir de aplicativos de telefone celular; a presença ou ausência de outros indígenas kaingang, fossem eles de São Paulo ou do Sul (Selvino e Josias). Essas entrevistas foram essenciais para a elaboração do dicionário, não só pelo volume de itens lexicais coletados, mas também pelo seu emprego em fala espontânea, em frases ou narrativas, o que forneceu material de exemplificação para os verbetes do dicionário e também material de estudo sobre determinados itens lexicais que ainda precisam ser melhor compreendidos. Além da dimensão linguística, as conversas também foram importantes enquanto registro histórico e cultural – em geral, as narrativas coletadas versam sobre costumes ou sobre a vida dos falantes e seus parentes e antepassados.

Tanto as oficinas de revitalização linguística e construção do dicionário quanto as entrevistas geraram um volumoso conjunto de dados linguísticos anotados em cadernos de campo e gravados em áudio e vídeo sempre que possível. Esses dados foram sendo sistematizados e organizados após cada etapa de campo.

Etapas realizadas em gabinete

A primeira etapa realizada depois de uma oficina ou de uma coleta de dados foi, respectivamente, a elaboração de um relatório das atividades realizadas na oficina ou a digitação dos cadernos de campo (levando em conta também as gravações), em formato de uma tabela de itens lexicais, com todas as informações pertinentes registradas nesses suportes – dentre elas transcrição fonética, tradução(ões) do termo para o português, exemplos de uso. O léxico coletado nas oficinas também foi organizado em formato de tabela, de modo que todo o léxico foi aproveitado. Essas listas foram revisadas muitas vezes, seja para verificar a oitiva da palavra, seja para tentar identificar palavras novas em trechos de narrativas, seja para comparar palavras e tomar decisões ou elaborar propostas para sua grafia.

Paralelamente a esse trabalho, o léxico reunido ao longo das oficinas até 2016 vinha sendo revisitado e a partir dele pensava-se a sistematização das informações coletadas em um banco de dados. Esse banco de dados deveria ser, ao mesmo tempo, um local de armazenamento das informações registradas, mesmo das que não venham a constar no dicionário (transcrição fonética e nomes próprios, por exemplo); e também uma plataforma que permitisse realizar consultas, retornando buscas específicas (todo o léxico coletado pertencente a um determinado campo semântico, por exemplo). O banco de dados não

está terminado ainda; no entanto, é possível adiantar que estão planejados os seguintes campos: a palavra em Kaingang; suas variantes; classificação gramatical; indicação do vocábulo como antigo, neologismo ou empréstimo, quando pertinente; proposta de tradução para o português; uso da palavra em expressões; exemplos de uso da palavra em orações completas; observações gramaticais pertinentes; observações etnológicas ou linguísticas pertinentes e créditos aos falantes da exemplificação (todos eles itens que vão compor a microestrutura do dicionário). Além dessas informações, constarão no banco de dados: transcrição fonética da palavra em Kaingang; campo semântico a que ela pertence; indicação de registros escritos em que a palavra em Kaingang pode ser encontrada; observações da e para a equipe de trabalho; os locais em que a palavra está registrada nos áudios, vídeos, cadernos de campo ou ainda anotações sobre as oficinas (itens que, a princípio, não farão parte do verbete). Dois exemplos de entrada do dicionário seriam:

ã (var. ã) pron. 2p.sg. Você, seu. *Ã wã ik mbré krot?* E você, vai tomar comigo? (Z).

ẽ (var. ã) pron. 2p.sg. Você, seu. *Ik wã kenthoro the ẽ pra ie tõ.* Eu amarrei o cachorro para ele não morder você. (G).

Considerando que o objetivo é elaborar um dicionário o mais completo possível, dada a obsolescência da língua, percebemos a necessidade de registrar expressões idiomáticas, o que optamos por fazer na composição do verbete central da expressão e também em uma seção separada para expressões, ao final do dicionário. Há um cuidado na elaboração do dicionário no sentido de constituí-lo como ferramenta de revitalização linguística e cultural, trazendo, por exemplo, informações socioculturais relacionadas à palavra; informações gramaticais necessárias para que quem o consulte torne a palavra parte de seu vocabulário ativo; expressões; exemplos de uso variados etc.

Depois da realização da segunda etapa de coleta de dados, em julho de 2017, todo o léxico reunido foi unificado e novamente revisado. Nessa revisão, foram unificados os itens repetidos (provenientes de várias entrevistas). A partir dela, elaboramos uma versão de trabalho do dicionário, com cópia impressa para cada professor indígena, com a entrada em português, a palavra em Kaingang, variantes da palavra em Kaingang e exemplos de uso ou adendos. Com essa mesma estrutura, foram levadas para a mesma oficina duas impressões do conjunto total do léxico separado em campos semânticos ou classes gramaticais, tais como: adjetivos, fauna, utensílios, etc.

Etapas de Construção do Dicionário

Em suma, desde o momento em que passei a participar do projeto (agosto de 2016), aconteceram as seguintes etapas:

- 22 a 25 nov. 2016 - 8ª Oficina de Revitalização Linguística e Construção do Dicionário Escolar Bilíngue do Kaingang Paulista;
- 7 a 14 fev. 2017 - 1ª etapa de coleta de dados: entrevistas com os falantes, com gravação de áudios e vídeos e eventual participação de professores indígenas;
- fev. a jul. 2017 - Digitação e sistematização dos dados levantados em fevereiro a partir dos cadernos de campo, áudios e vídeos (Solange); nova sistematização do léxico coletado até 2016 (Mariana).
- 10 a 16 jul. 2017 - 2ª etapa de coleta de dados, semelhante à primeira;
- 17 a 19 jul. 2017 - 9ª Oficina de Revitalização Linguística e Construção do Dicionário Escolar Bilíngue do Kaingang Paulista;
- jul. a out. 2017 - Digitação e sistematização do léxico levantado em julho a partir dos cadernos de campo, áudios e vídeos (Solange e Mariana);
- 25 a 29 set. 2017 - Revisão de narrativas, sobretudo, com auxílio do falante José Carlos (Zeca);
- out. e nov. 2017 - Elaboração de uma versão preliminar do dicionário, para ser trabalhada na 10ª oficina.
- 6 a 8 de nov. 2017 - 10ª Oficina de Revitalização Linguística e Construção do Dicionário Escolar Bilíngue do Kaingang Paulista.

METODOLOGIAS DE PESQUISA COLABORATIVA

Ao longo da seção anterior, foram mencionadas algumas metodologias observadas. Busca-se, aqui, comentar mais detidamente sobre elas, além de apresentar metodologias ainda não mencionadas utilizadas nas oficinas e nas coletas de dados.

Coleta de dados e recuperação lexical⁸

Recuperação lexical, no contexto em que trabalhamos, implica em trazer para a memória do falante outro tempo, outro contexto histórico e sociocultural. Isso porque, no caso dos kaingang paulistas, por exemplo, não só a língua vem deixando de ser usada, também os costumes mudaram, as práticas do dia-a-dia são outras, o contato com a fauna e com a flora é diferente – há todo um contexto sociocultural relacionado ao uso da língua. Por isso é indispensável buscar ativar a memória do falante, recriar o contexto para chegar às palavras e à língua. Isso pode ser feito de diversas formas, tanto através de uma longa conversa sobre a vida do falante, de seus parentes, de seus costumes, em

8. Nesse item descrevo metodologias de pesquisa utilizadas nas oficinas e/ou nas etapas de coleta de dados.

um primeiro momento, como através da frequente elaboração de uma situação que cabe no contexto que se almeja antes de requisitar sentenças ou mesmo palavras específicas.

Boa parte da pesquisa lexical foi realizada por campos semânticos, ou seja, a busca de palavras relacionadas a uma atividade ou a um contexto específico. Em alguns casos, recursos visuais e sonoros foram de grande auxílio. Nos valem de apresentações de slides com imagens, especialmente no caso de fauna (espécies de aves e de tatus, em particular) e flora da região, mas também no caso de verbos relacionados ao ato de carregar. Na pesquisa sobre as aves, recorremos, ainda, a aplicativos de telefone celular com cantos de aves silvestres. Os recursos acima descritos foram utilizados sobretudo nas etapas de coleta de dados. Recurso semelhante, o desenho, foi empregado em oficinas, para levantamento de palavras funcionais relacionadas à posição de objetos, por exemplo. Tanto o recurso visual como o recurso sonoro são interessantes por prescindirem do português e do recorte semântico que a língua faz, o que torna mais provável que as respostas das falantes estejam de acordo com o recorte semântico que o Kaingang faz, com menos influência do português.

A presença de outros indígenas falantes de Kaingang e a relação que esses indígenas têm entre si também influencia a pesquisa. Observei três situações diferentes nesse sentido: a primeira, em que um dos falantes do Kaingang paulista não tem interlocutor na sua língua, caso em que esse falante fica mais propenso a fazer comentários em português. A segunda situação é quando alguns dos falantes do dialeto paulista estão juntos, como por exemplo D. Ena e seu filho Zeca, que, por vezes, buscam a confirmação um do outro por não se lembrar a informação requisitada; ou D. Gavile que, por ter participado de muitas das entrevistas, já sabia de algumas de nossas perguntas e às vezes respondia antes que outra senhora pudesse fazê-lo. O terceiro caso é o de entrevistas em que estavam também presentes falantes de Kaingang provenientes do Sul – Selvino e/ou Josias – entrevistas em que eram frequentes comentários e conversas entre eles todos em Kaingang.

Por fim, registros lexicais também foram usados como recursos de recuperação linguística. Ao longo dos séculos que se seguiram ao início da colonização, foram elaborados registros escritos sobre o Brasil (etnologias, vocabulários de línguas indígenas etc) por pesquisadores, etnólogos, viajantes, entre outros. Há poucos, porém importantes, registros lexicais do dialeto Kaingang paulista⁹. Em termos de léxico, alguns deles trazem um pequeno vocabulário, outros somente algumas palavras em Kaingang espalhadas ao longo do texto. É possível tomar esse léxico como um repositório, ainda que bem pequeno e às vezes impreciso, do dialeto Kaingang paulista. A partir disso, essas palavras e expressões podem ser utilizadas como base para pesquisa lexical, como foi feito,

9. Para uma lista e breve caracterização deles, ver FREITAS, M. G. M. Vocabulários e Dicionários da Língua Kaingang. (a sair).

por exemplo, com o texto de Souza (1918) na 8ª Oficina de Revitalização Linguística e Construção do Dicionário Escolar Bilíngue do Kaingang Paulista¹⁰. O trabalho com esse texto junto à comunidade atual de falantes e professores indígenas kaingang de São Paulo, considerando a obsolescência do seu dialeto, mostrou a importância desse tipo de registro tanto para recuperação lexical, como também para ativação e fortalecimento da memória cultural do grupo em si e como prática de fortalecimento cultural.

Recursos didáticos

Para que o dicionário produzido pudesse ser de fato aproveitado como um recurso de revitalização linguística (e não se tornasse simplesmente um banco de palavras), várias atividades, ao mesmo tempo didáticas e de revitalização linguística, foram sendo realizadas ao longo das oficinas, juntamente com as atividades de recuperação lexical e coleta de dados. A partir dessas atividades, os professores indígenas construíram pouco a pouco um aprendizado formal sobre o funcionamento da língua Kaingang e praticaram essa língua, bem como a ortografia recém-estabelecida. Dentre as atividades desenvolvidas, mais de uma vez foi requisitado aos professores indígenas que produzissem frases em Kaingang a partir de determinados conjuntos lexicais categorizados (verbos, marca de sujeito, pronomes, substantivos etc), ora disponibilizado em cópias impressas, ora em fichas coloridas. Em se tratando da ortografia, especificamente, foram propostas atividades de “conversão” da grafia de palavras do Sul para o dialeto paulista, seguidas de pesquisa com as falantes, por parte dos professores, para verificar a existência ou não dessas palavras no dialeto. Além desse tipo de atividade, o ditado foi muito útil como ferramenta de teste de adequação da ortografia ao público que faz uso dela. Foi possível verificar, através do ditado, se as regras ortográficas estabelecidas estão de acordo com as necessidades dos professores indígenas, representantes da comunidade escolar, e avaliar a necessidade ou não de adequação dessas regras.

Além das atividades em si, parte do léxico reunido foi sendo paulatinamente trabalhado e revisado pelos professores indígenas e pelos falantes durante as oficinas. Nelas, aconteceram, ainda, apresentações feitas pela equipe sobre a situação do dialeto paulista; sobre os kaingang do Sul, sua população, cotidiano e situação linguística; sobre as etapas de elaboração do dicionário que aconteceram fora das oficinas.

Na grande maioria das vezes, as senhoras falantes nativas participaram das oficinas, apesar de suas dificuldades relacionadas à saúde e do cansaço que esses eventos (além da viagem, para quem vem de Icatu¹¹) geram. Podendo contar com a presença delas,

10. Essa atividade, entre outras, é descrita em mais detalhes na monografia da autora, intitulada “Construção Colaborativa de um Dicionário Escolar Bilíngue do Kaingang Paulista”.

11. Todas as oficinas de que participei se deram em Vanuïre, embora não seja regra.

conhecedoras da língua, foram muitas vezes consultadas: quando surgia uma dúvida de pronúncia (com possíveis consequências para a grafia), de significado de uma palavra, ou da gramaticalidade de uma frase; quando se desejava saber uma palavra nova ou a estrutura de uma sentença; e também no desenvolvimento das atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busquei apresentar nesse artigo um panorama do trabalho de revitalização linguística e construção de um dicionário escolar desenvolvido junto aos kaingang paulistas, incluindo a metodologia utilizada. Como se pode ver, é um projeto trabalhoso e complexo, que ainda está em desenvolvimento. A próxima etapa consiste em implementar o banco de dados, para, a partir dele, elaborar uma primeira versão completa do dicionário. Essa implementação envolverá uma continuação da sistematização das informações levantadas, organizando-as nos campos já mencionados.

Ao longo dessa sistematização iremos nos deparar, por exemplo, com questões ortográficas ainda a resolver e recortes semânticos não muito bem delimitados, e, possivelmente, com a necessidade de realizar um levantamento de exemplos para algumas das palavras. Calculamos que essa primeira versão completa do dicionário estará pronta para impressão ainda no ano de 2018. É preciso dizer que pretendemos disponibilizar as informações que não constarão no dicionário posteriormente, provavelmente em formato digital e online. Também consideramos organizar um livro com as narrativas colhidas ao longo da realização do projeto.

Gostaria de destacar, por fim, o necessário cuidado tomado com o bem-estar dos falantes, não só físico, atentando para não cansá-los demais e respeitando os limites impostos pela saúde e pela idade, mas também o respeito por sua dor ao narrar eventos do passado ou dificuldades do presente. Destaco ainda o reconhecimento e esforço por parte da equipe de levar até eles alegrias, preparando pratos tradicionais dos kaingang, possibilitando visitas entre as senhoras ou mesmo através do próprio trabalho de revitalização linguística.

REFERÊNCIAS

- a) CAVALCANTE, M. P. (1987). Fonologia e morfologia da língua Kaingang: o dialeto de São Paulo comparado com o do Paraná. Tese (doutorado) – UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP.
- b) CENSO DEMOGRÁFICO 2010. (2012). Características Gerais dos Indígenas. Resultados do universo. IBGE, Rio de Janeiro, RJ.

- c) CONVENÇÃO ORTOGRÁFICA KAINGANG PAULISTA. Disponível em: http://portalkaingang.org/index_downloads.htm. Acesso em: 30 jan. 2017.
- d) D'ANGELIS, W. R. (2016). Dicionário (em construção) do Kaingang paulista. Comunicação ao VIII Encontro Macro-Jê. Universidade Estadual de Londrina. A sair em Caderno do VIII Encontro Macro-Jê. EDUEL, Londrina, PR.
- e) D'ANGELIS, W. R. (2008). Pensar o Proto-Jê meridional e revisitar o Proto-Jê, numa abordagem pragueana. Tese (pós-doutorado) - Universidade de Brasília, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Laboratório de Línguas Indígenas, Brasília, DF.
- f) FREITAS, M. G. M. (2016). Vocabulários e Dicionários da Língua Kaingang. Comunicação ao VIII Encontro Macro-Jê. Universidade Estadual de Londrina. A sair em Caderno do VIII Encontro Macro-Jê. Londrina: EDUEL, Londrina, PR.
- g) FREITAS, M. G. M. (2017). Construção colaborativa de um dicionário do Kaingang paulista. Monografia – UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. h) HORTA BARBOSA, L. B. (1974). A pacificação dos índios caingangue paulistas. In: O Problema indígena do Brasil. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, RJ, p. 33-73.
- i) MANIZER, G. G. (2006). Os Kaingang de São Paulo. Curt Nimuendajú, Campinas, SP. j) RIBEIRO, D. (1996). Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Companhia das Letras, São Paulo, SP.
- k) SOUZA, G. H. P. (1918). Notas sobre uma visita a agrupamentos de índios Caingangs. Revista do Museu Paulista, vol. 10, p.739-764.
- l) VAL FLORIANA, M. B. (1920). Diccionarios Kainjgang-Portuguez e Portuguez- Kainjgang. Revista do Museu Paulista, vol 12, p.1-392.
- m) VEIGA, J. (2006). Aspectos fundamentais da cultura Kaingang. Curt Nimuendajú, Campinas, SP.
- n) WIESEMANN, U. G. (1978). Os dialetos da língua Kaingáng e o Xoklég. Arquivos de Anatomia e Antropologia, v. 3, p. 197-217.